



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Presidência da Republica

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI,
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DO
LANÇAMENTO OFICIAL DA CANDIDATURA DE MOÇAMBIQUE A MEMBRO NÃO
PERMANENTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU**

MAPUTO, 16 DE SETEMBRO DE 2021

Senhor Primeiro Ministro;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Veneranda Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssimo Provedor da Justiça;

Senhor Joaquim Alberto Chissano, Antigo Presidente da República;

Senhores Ministros;

Senhor Secretário de Estado da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhores Membros do Corpo Diplomático;

Magníficos Reitores das Universidades Eduardo Mondlane, Joaquim Chissano e Politécnica;

Senhores Representantes da Sociedade Civil;

Caros Compatriotas;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É com elevada honra que venho, hoje, partilhar com todos os compatriotas, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico e na diáspora, e a todos os que nos ouvem no país e além-fronteiras, a decisão de Moçambique de apresentar a sua candidatura a membro não-Permanente **do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas** para o mandato 2023-2024.

A candidatura do nosso país a um dos órgãos mais importantes das Nações Unidas, começa a ganhar forma nesta cerimónia que visa, também, proceder ao lançamento da campanha da nossa Candidatura.

O **Conselho de Segurança** tem a responsabilidade primária de manter a paz e a segurança internacionais. Por essa razão, este órgão possui, à luz da Carta das Nações Unidas, a autoridade e competência para agir em nome de

todos os seus membros que são, no momento actual, 193 estados, de todos os quadrantes do mundo.

Tomámos esta decisão, pela primeira vez na história de Moçambique, como um estado independente e soberano. Fazemo-lo porque o nosso país sempre atribuiu uma importância especial a esta Organização universal pelo papel que tem desempenhado, desde o período da nossa luta de libertação até ao presente.

Antes da nossa independência, as Nações Unidas foram um fórum privilegiado da afirmação do nosso direito à auto-determinação e independência.

Do seu púlpito, os nossos dirigentes do movimento libertador, com destaque para o fundador da nossa Organização, Presidente Eduardo Mondlane, apregoaram ao mundo inteiro a justeza da nossa causa e a legitimidade da nossa luta.

Uma vez proclamada a independência nacional, lançámos bases para uma cooperação profícua e multiforme com as Nações Unidas que prevalece até aos dias de hoje, já na nossa qualidade de membro de pleno direito dessa Organização, admitido justamente pelo Conselho de Segurança.

No que se refere, exclusivamente, à família das Nações Unidas, Moçambique destaca-se pelas múltiplas adesões à várias Agências, Programas e Fundos das Nações Unidas, cuja avaliação dos resultados, inquestionavelmente, é positiva para o nosso país. Como consequência, o país tem recebido diversos convites para ser pioneiro de diversas iniciativas levadas a cabo por aquela Organização Universal.

Da rica história desse relacionamento, cabe-nos, ainda, recordar que o **Conselho de Segurança das Nações Unidas** esteve intimamente ligado ao processo de paz em Moçambique.

No seguimento da assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma, aos 04 de Outubro 1992, este órgão deliberou pela autorização e colocação da Operação de Manutenção da Paz das Nações Unidas em Moçambique, abreviadamente designada de ONUMOZ.

Como é sabido, esta operação esteve no nosso país até Dezembro de 1995, no termo do seu trabalho. Em larga medida, graças ao envolvimento e participação activa do nosso povo, essa missão foi aplaudida e saudada, como um grande sucesso e como uma missão exemplar.

Caros Compatriotas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Não obstante as adversidades, Moçambique criou pontes, incrementou parcerias, mutuamente benéficas e distanciou-se das disputas e procurou sempre ajudar a construir consensos.

Este trajecto teve o mérito de, ao longo de 46 anos de existência como nação Independente, com maturidade, granjear muitas simpatias e parcerias ao nível internacional, quer no relacionamento bilateral, quer no plano multilateral.

A nossa viagem como país soberano está marcada por muitos desafios, em face do ambiente geo-político e geo-estratégico.

Com humildade, sempre conseguimos que a paz, segurança e estabilidade dos Estados estivesse no cerne do sistema internacional, mantendo a ponte necessária com os interesses da República de Moçambique além-fronteiras.

A participação de Moçambique como membro não permanente do **Conselho de Segurança** tem um simbolismo profundo, porquanto constitui o culminar

de uma etapa importante na política externa e da nossa afirmação, como Estado Soberano, no concerto das nações.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É nosso dever informar ao país e o mundo que a eleição de Moçambique para o Conselho de Segurança está prevista para o mês de Junho de 2022.

Constitui, outrossim, a consagração do papel da diplomacia moçambicana, cuja trajectória, entre glórias e solavancos, logrou ao longo dos tempos tornar Moçambique mais visível na arena internacional, como um país amante da paz e defensor da prosperidade dos povos.

O sucesso da nossa eleição permitirá que o nosso país integre a equipa dos 15 membros desse órgão, especificamente como parte dos 10 membros não permanentes que se juntam aos membros permanentes, nomeadamente, a China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia, devendo exercer um mandato de 2 anos.

Uma vez consumada a eleição de Moçambique, o referido mandato de dois anos a que aspiramos, terá o seu início no dia 01 de Janeiro de 2023, com término em 31 de Dezembro de 2024.

No presente momento, a nossa candidatura goza do apoio unânime e do endosso dos 15 membros da SADC e dos 54 estados membros da União Africana. Para além disso, há uma larga manifestação de simpatia e encorajamento por parte de países amigos dos restantes continentes, incluindo os países membros da CPLP.

Contudo, consideramos que mais trabalho se afigura necessário com vista a alargar e consolidar o círculo de apoios e reunir o maior consenso possível à

volta da candidatura do nosso país, conhecido, no mundo, como amante da paz e da liberdade dos povos e fiel cumpridor da Carta das Nações Unidas.

Por isso, a responsabilidade que assumimos de servir no **Conselho de Segurança** não se cinge apenas à defesa dos interesses de Moçambique.

Serviremos, também, em nome e no interesse de toda a África, dos países em desenvolvimento e do mundo inteiro que faz da paz e da segurança a sua bandeira.

É, primariamente, a agenda africana de paz e segurança que nos irá guiar. Com ela nos identificamos e, por isso, iremos abraçá-la, uma vez garantido o nosso lugar no Conselho de Segurança.

Trata-se da agenda da paz e segurança no nosso continente e no mundo, a agenda do combate cerrado contra o terrorismo e eliminação de conflitos armados, bem como a agenda do desenvolvimento sustentável dos nossos países e povos.

Caros Compatriotas!

A decisão da candidatura de Moçambique como membro não-permanente do **Conselho de Segurança** traduz a nossa adesão plena aos princípios e objectivos inscritos na Carta das Nações Unidas.

Está em perfeita consonância com o preceituado na nossa Constituição que, no seu artigo 22, advoga que 'a República de Moçambique prossegue uma política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa'.

Nesse quadro, a nossa decisão é, também, testemunho da maturidade da diplomacia do estado moçambicano e do crescimento da consciência colectiva moçambicana de que, nas questões de paz e segurança

internacionais, Moçambique tem uma contribuição a dar ao mundo, à medida da sua experiência e do seu empenho.

Na verdade, contribuímos, com o nosso sangue, para a libertação total da África Austral e demos um apoio engajado e solidário a outros povos para a sua auto-determinação e independência, paz e democracia.

De recordar que, ao serviço do **Conselho de Segurança das Nações Unidas**, Moçambique já integrou Missões de Paz no Burundi, Timor-Leste, Comores, Darfur, Sudão, Sudão do Sul, Guiné-Bissau e República Democrática do Congo.

Desde a nossa independência, afirmamos sempre, como primado da nossa política externa, o nosso compromisso de ser um país defensor da independência, da paz e prosperidade dos povos, criando pontes sólidas, fazendo mais amigos e incrementando parcerias mutuamente benéficas.

Nesta senda é, também digno de realce, a conclusão do Acordo de Nkomati **que visava uma coexistência, relativamente pacífica entre dois Estados Vizinhos com ideologias e perspectivas diferentes nessa altura, sem beliscar o dever solidário de Moçambique em relação à luta justa do povo sul-africano.**

Nesta vontade permanente de ver o país, a região e o mundo em paz, a 4 de Outubro de 1992, foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, pelo então Presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano e o Líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, e por representantes dos mediadores internacionais, pondo fim a 16 anos de conflito armado, premiando a nossa intensa acção diplomática e a capacidade de diálogo.

Ainda com o objectivo de aprofundar a concórdia e reconciliação entre os moçambicanos, a 6 de Agosto de 2019, evidenciando a primazia do diálogo para a solução de diferendos, assinámos, em Maputo, o Acordo de Paz e

Reconciliação Nacional entre o Governo de Moçambique e a Renamo, um acto memorável que foi testemunhado pela Comunidade Internacional.

Através do acordo celebrado, não só resultou a histórica revisão da nossa Constituição que aprofundou a democracia, introduzindo o modelo de consenso para a descentralização, mas também permitiu assinaláveis progressos no processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos nossos irmãos, antigos guerrilheiros da Renamo.

Nesta caminhada para a Paz Definitiva, que os Moçambicanos têm estado a construir, tivemos a honra de contar com o apoio do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, directamente e através do seu Enviado Pessoal, contamos também com o apoio da Comunidade Diplomática Internacional, acreditada em Moçambique em representação dos seus povos e países.

Estes resultados ilustram a capacidade dos moçambicanos de antecipar cenários e de se conciliar com ideologias, **por vezes** dissonantes, no supremo objectivo de defender e promover o interesse nacional.

Permanecemos com uma dívida de gratidão pelo trabalho do **Conselho de Segurança** pelo conjunto de decisões, resoluções e acções que visam conter e, quiçá, prevenir os conflitos em África, continente cujos assuntos ocupam mais de 60% da agenda deste importante órgão das Nações Unidas.

Na região e no continente africano, estivemos sempre no epicentro da concertação político-diplomática. Participámos na conjugação de esforços ao nível regional, continental e internacional, com estados como os Países da Linha da Frente, a SADC, a OUA/UA, o Movimento dos Países Não-Alinhados, o Grupo dos 77 + a China, para citar alguns.

Foi no mesmo espírito que Moçambique aderiu a outras organizações internacionais, tais como a Commonwealth, a IORA, a Organização da

Cooperação Islâmica. Nos últimos anos, tivemos uma participação activa nas negociações que resultaram na adopção do Tratado de Paris.

Moçambicanas e Moçambicanos;

Ilustres Convidados!

Esta cerimónia de lançamento da Campanha tem lugar num momento especial para a história de Moçambique, em que celebramos 46 anos de independência, período durante o qual nunca tivemos, por razões ponderosas, o privilégio de participar neste prestigiado órgão como membro para retribuirmos e assumirmos a nossa responsabilidade, dando a nossa contribuição na promoção e consolidação da paz e segurança internacionais.

Ocorre igualmente, num momento em que Moçambique foi eleito em Junho passado, Vice-Presidente da 76ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, funções que assumimos de Setembro de 2021 a Setembro de 2022.

O nosso compromisso com a Paz é total e inabalável. Vezes sem conta, o país emprestou as suas valências, seja em representação do Estado ou individualmente, para mitigar conflitos *e/ou* encontrar soluções negociadas para os conflitos.

O nosso compromisso com a agenda de paz no quadro do Conselho de Segurança é tudo quanto nos motiva porque sabemos quão nefasta é a ausência da paz e quão benéfica é a harmonia.

Por último, cabe-me assegurar que encaramos a nossa candidatura com muita seriedade, porque resulta do dever que sentimos de uma vez eleitos, servir o **Conselho de Segurança das Nações Unidas** com muita responsabilidade.

Deste modo, venho em nome do Povo e do Governo moçambicanos e em meu próprio pedir o voto de cada Estado Membro para garantir a eleição de Moçambique para servir o mundo neste importante órgão - **O Conselho de Segurança das Nações Unidas**, no período 2023-2024.

Muito Obrigado!